

# CORREIO BASTIDORES

POR  
FERNANDO MOLICA

Marcos Oliveira/Agência Senado



Augusto de Castro: país tem que fazer dever de casa

## Exportador: acordo favorece 91% dos produtos brasileiros

Presidente executivo da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro comemora a aprovação pela União Europeia, do acordo comercial com o Mercosul.

Segundo ele, 91% dos produtos exportados pelo país serão beneficiados com a queda de tarifas de importação cobradas na Europa.

Ele, porém, que o país precisa fazer o que ele chama de “dever de casa”. Ou seja, diminuir seus custos de produção, principalmente de manufaturados.

Para Castro, na área de produtos industrializados, as consequências positivas para o Brasil serão sentidas, principalmente, a partir da implantação da reforma tributária.

### Reforma tem que valer

Ele ressalta que a reforma buscou incentivar a indústria, mas é preciso que seja implantada de acordo com o que foi aprovado. Cita haver informações de que a Receita Federal andaria implicando com alguns pontos.

“O Brasil exporta poucos manufaturados para a Europa porque não preço competitivo”, ressalta. Segundo ele, o chamado Custo Brasil está relacionado aos impostos, à falta de produtividade, à logística precária e à burocracia.

Valter Campanato/ Agência Brasil



Executivo: benefícios para agricultura vão demorar

### Impostos e exportações

De acordo com o executivo, a cadeia de produção não consegue se livrar totalmente dos tributos que, em tese, não deveriam incidir sobre a exportação.

Na prática, os impostos acabam repassados, o que prejudica a venda de produtos como autopeças.

Ele ressalva que o acordo diminui boa parte dos problemas que travam exportações brasileiras, mas não deve ter efeitos imediatos, por exemplo, na venda de commodities agrícolas, já bem competitivas no mercado internacional.

### ‘Presas fáceis’

Ele destaca também que a assinatura do acordo fortalece os dois blocos comerciais, o que é importante num momento em que os Estados Unidos, comandados por Donald Trump, fazem muita pressão sobre o comércio internacional.

Afirma que, sozinhos, União Europeia e Mercosul seriam o que classifica de “presas fáceis” para os EUA.

### ‘Ajuda’ de Trump

Para o presidente executivo da AEB, o jogo duro e as pressões de Trump acabaram facilitando o acordo — diante do tarifaço e de outras ameaças feitas pelo presidente do mais poderoso dos países, a união entre os dois blocos, que vinha sendo negociada desde 1999, precisou ser desativada.

### Multilateralismo

Economista, pesquisadora associada do FGV IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), a professora Lia Valls também ressalta a importância política do acordo em tempos de Trump. Frisa que o acerto fortalece a ideia de multilateralismo e mostra que os países não estão apenas voltados para si.

### Sinalização

Também professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a especialista em comércio internacional destaca que esse será o primeiro acordo comercial do Brasil com uma grande potência, no caso, uma união de países. Isso, além de negar um isolamento, representa uma “sinalização importante”.

### Oportunidades

Lia Valls diz ser difícil fazer previsões sobre consequências do acordo — os modelos, lembra, são criados a partir de realidades sempre mutáveis. Mas ela ressalta vantagens para o setor agrícola e para determinadas áreas da indústria, como a têxtil e a de calçados, tradicionais no país; a situação da de eletroeletrônicos seria menos favorável.

### Aos poucos

A economista frisa que o processo de retirada de tarifas é gradual e que o Brasil, para proteger sua indústria automobilística, conseguiu esticar, de 15 para 18 anos, o fim completo da taxa sobre veículos elétricos; os movidos a hidrogênio terão que esperar 25 anos para a completa isenção tarifária.

### Bens de capital

Para ela, o acordo facilita investimentos europeus em países do Mercosul. Diz também que haverá maior facilidade para compra de bens de capital — como máquinas que serão usadas na indústria —, mas que as oportunidades dependerão da conjuntura e de como serão aproveitadas por empresas brasileiras.



Master tenta negociar sua situação

# Decisão nos EUA enfraquece Master

## Banco Central ganha reforço para a liquidação do banco

Por Beatriz Matos

A decisão da Justiça dos Estados Unidos que reconheceu a liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada pelo Banco Central (BC), produziu efeitos que vão além do bloqueio imediato das operações da instituição em solo norte-americano.

Ao conferir validade internacional ao processo conduzido no Brasil, o Tribunal de Falências do Distrito Sul da Flórida consolidou o alcance da liquidação e fortaleceu a posição institucional do Banco Central diante de questionamentos internos que vinham sendo levantados em Brasília.

Na prática, a decisão impõe um bloqueio operacional completo ao Master nos Estados Unidos. A instituição perde o controle sobre eventuais ativos no país, fica impedida de abrir contas, realizar transferências ou vender bens, e tem suspensos processos judiciais e execuções de dívidas em curso. Os ativos permanecem congelados, sob supervisão do liquidante, com vistas à proteção dos credores.

Segundo o advogado Bruno Boris, sócio fundador do escritório Bruno Boris Advogados, o reconhecimento internacional “revalida a decisão de liquidação do banco proferida pelo BC e permite ao liquidante apurar todos os ativos que existam fora do Brasil, inclusive nos Estados Unidos, relacionados ao Banco

Master e a eventuais empresas controladas”. De acordo com ele, esses recursos podem ser utilizados para indenizar credores tanto no Brasil quanto no exterior.

### Efeito externo

O aval da Justiça americana foi bem recebido no governo federal e no Supremo Tribunal Federal (STF), sobretudo por ocorrer em meio a investidas do Tribunal de Contas da União (TCU) que colocavam em dúvida a condução do processo de liquidação. Nos bastidores, ministros do Supremo avaliaram como indevida a tentativa do ministro do TCU Jhonatan de Jesus de realizar uma inspeção direta nos autos do Banco Central.

Pressionado pela repercussão institucional do caso, o ministro decidiu submeter o tema ao plenário do TCU, que retoma os trabalhos após o recesso em 16 de janeiro. A leitura predominante entre integrantes do Judiciário é de que uma eventual revisão da liquidação poderia gerar insegurança jurídica e até prejuízos aos cofres públicos.

Para Bruno Boris, o reconhecimento da liquidação no exterior também reforça a autoridade do Banco Central frente a outros órgãos. “A decisão nos Estados Unidos dá validade ao pedido do liquidante em outro país, no interesse dos credores, e convalida a posição do Banco Central”, afirmou.